

# Organização e Educação Popular na África e na América Latina

ANTONIO FAÚNDEZ

**N**ão é fácil a tarefa de propor algumas idéias, tanto teóricas quanto práticas sobre a formação dos animadores. A experiência por nós adquirida ao longo de diferentes programas e projetos de educação e de desenvolvimento, em países e regiões de culturas diferentes e variadas, nos leva a pensar que cada situação é única, que dificilmente se presta à repetição, e que não é possível fornecer modelos de educação e de desenvolvimento aplicáveis de maneira universal e definitiva. As necessidades essenciais sobre as quais se baseia um processo de educação e de desenvolvimento são, em geral, ao mesmo tempo semelhantes e diferentes, de acordo com cada realidade histórica concreta, mesmo no âmbito de um mesmo país e de uma mesma região. Estas necessidades se manifestam de maneira específica, conforme as diferentes comunidades que têm, cada qual, formas diferentes de se organizar, de expor e de resolver seus conflitos, de viver sua vida social, de compreender, através do imaginário, seus atos e seus modos de comportamento na vida social e individual de cada dia. Esta vida social e individual é extremamente complexa, e não pode ser proposta como exemplo de contradições, de antagonismos, de conflitos, de mitos, de dominações e de lutas contra essas dominações.

Toda esta vida social em permanente efervescência nos preserva de elaborarmos um conceito precipitado de "povo" que, com muita freqüência, aparece como se fosse uma soma de virtudes e bondades. Trata-se, muito ao contrário, de um conceito extremamente ambíguo e complexo, e não devemos nos deixar obnubilar, em nome de uma ideologia, seja ela qual for, por uma conceptualização que nos leve a conceber erroneamente a sociedade. Unicidade e complexidade são duas características da realidade social que devem guiar a abordagem metodológica em qualquer elabora-

ção de programas e projetos de desenvolvimento e de educação, porque se trata de pólos inseparáveis dum mesmo devir. Cada resposta deve ser, por conseqüente, nova a fim de responder à especificidade da realidade, e desautoriza assim, evidentemente, os modelos de desenvolvimento e de educação tão em voga há muitos anos. Cada resposta precisa tomar em conta o conjunto dos componentes, - quer sejam de ordem social, econômica, cultural, política, religiosa, etc. - que caracterizam a complexa trama social de cada realidade histórica, na qual o abstrato e o concreto se misturam constantemente. Esta dialética é preciso que a dominemos, a fim de estarmos em condições de compreender e de transformar a realidade.

Uma vez aceitas estas premissas essenciais, podemos afirmar que a característica fundamental do processo de desenvolvimento e de educação é a criação permanente. Neste processo as respostas devem ser criativas, e tomar em consideração as características específicas dos problemas e das condições que permitam de resolvê-los. É necessário desconfiar de toda a imitação das teorias e das práticas populares em matéria de educação e de desenvolvimento, porque nenhuma imitação é suscetível de fornecer a solução adequada às dificuldades que se precisa superar. Não esqueçamos que em geral a imitação de uma experiência, a aplicação de modelos estrangeiros a uma comunidade, conduz a uma dependência não apenas econômica, mas também política, cultural, educacional, etc. A recusa de qualquer imitação e a afirmação da criatividade não implicam na recusa de influências positivas de outras idéias e de outras práticas, originadas em realidades diferentes. Mas as mesmas não devem ser jamais consideradas senão como fonte de inspiração, como experiência a recriar e a ser adaptada às características particulares

do novo contexto histórico.

Se o objetivo fundamental do processo de educação e de desenvolvimento consiste em resolver os problemas essenciais de uma comunidade (locais, regionais, nacionais e internacionais), uma das tarefas básicas consiste em determinar quais destes problemas são fundamentais. Isto supõe que se parta para a descoberta da comunidade em questão, e exige que passemos do 'sentir', que caracteriza a vida social da comunidade - cujas manifestações são práticas quotidianas ditadas por certas idéias pré-estabelecidas da mesma sociedade, para a sua própria reprodução e sobrevivência, para a "compreensão" de seus diversos componentes: social, econômico, político ou cultural. Esta passagem difícil do "sentir" ao "compreender" é sempre provisória, o que significa que ela é permanente. Trata-se, com efeito, de um processo aberto, no qual cada dia deve trazer um esclarecimento novo sobre a realidade a transformar. Tal transição contínua é ao mesmo tempo teoria e prática, sendo que a compreensão não pode acontecer sem uma prática concreta, sem ação, sem organização e sem criação. A transição é assim, ao mesmo tempo, condição e resultado, e vice-versa.

Este salto qualitativo entre o "sentir" e o "compreender" não pode ser o desafio dum simples indivíduo, dum dirigente ou de um grupo de dirigentes. Deve ser um desafio coletivo, no qual o conjunto da comunidade aprende a conhecer criticando e criticando-se, aprendendo assim a aprender. É frequente considerar que são os "experts", os "animadores individuais", que devem proceder a esta descoberta, a este diagnóstico da realidade, a fim de propor um projeto de educação e de desenvolvimento. Da nossa parte, pensamos ser o conhecimento do ser coletivo por si mesmo que é fundamental. Sem a participação do "animador coletivo" em seu próprio conhecimento e sem uma tomada de consciência clara de si mesmo, não será possível evitar as relações de poder de uma minoria sobre o conjunto da comunidade. Sem uma participação coletiva, crítica, criativa e permanente, não é possível, ao que nos parece, descobrir as questões essenciais nem as respostas adequadas, que permitirão construir uma sociedade mais justa, mais livre e solidária.

## **ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Uma vez expostas as bases teóricas e práticas que acabamos de esboçar, podemos propor alguns princípios metodológicos fundamentais para a formação dos animadores. Este tema não foi escolhido ao acaso. As diferentes comunidades com que trabalhamos nos obrigaram a refletir com elas precisamente sobre este assunto. Estas reflexões são, pois, o resultado de uma busca coletiva e individual. Os princípios metodológicos aos quais nos referimos, como o podemos deduzir das páginas precedentes, não têm a pretensão de ser imutáveis, a-históricos, restritos ou exaustivos. Devem adaptar-se, ao contrário, de maneira criativa, a cada situação histórica específica e, em poucas palavras, devem ser recriados, sem limite, pela ação e pela teoria da prática social. Achamos que toda tentativa destinada a enfatizar os problemas essenciais e a propor as soluções adequadas exige um esforço intelectual e político concebido como um processo permanente de formação. Convidamos o leitor que se interessa desta problemática a ler, entre outros, nossos artigos "Notas sobre a formação dos animadores culturais para a alfabetização", "Notas sobre o animador", "A participação no processo educativo", etc.

Neste processo, um dos problemas mais importantes a resolver é aquele que concerne à organização. Ao que nos parece, na "descoberta" e na "transformação" da realidade, as formas sociais de organização existentes na comunidade deverão servir de base à organização educativa para o desenvolvimento. Mas o fato de que sirvam de base não significa que não se devam propor melhoramentos no processo de organização ou propor simplesmente novas formas de organização. Partir, porém, das organizações existentes para adaptá-las, conforme as necessidades, é, quem sabe, mais eficaz que propor novas formas de organização, estranhas à comunidade, que provocam pouco a pouco resistências. Sem conhecer o que somos, e sem partir disto, é difícil propor uma linha de conduta para orientar o futuro. A organização da educação proposta pelos sistemas educativos do Estado ou pelos sistemas privados não corresponde, geralmente, aos objetivos essenciais, que implicam criatividade e democracia, requeridas por um processo de educação popular. Estes sistemas são amplamente hierarquizados e anti-democráticos e, não obstante as contradições a eles inerentes, têm por objetivo reproduzir uma sociedade injusta, na qual certos grupos dominam os

outros, no plano econômico, político, cultural, religioso e ideológico.

Não nos parece possível resolver os problemas sociais de um povo, sem uma organização democrática e participativa, crítica e inovadora, capaz de melhorar constantemente. Tal organização deve permanecer aberta, e é inteiramente contra o sistema rígido de formação de "experts" do sistema educativo em vigor. Deve ser uma organização elaborada e posta em execução pelo conjunto dos animadores individuais ou coletivos.

## FORMAÇÃO DE ANIMADORES

Em certos programas de educação e de desenvolvimento, na África e na América Latina, os animadores decidiram consagrar algumas horas por semana à própria formação prática e teórica. Eles utilizam para isso diferentes meios ou técnicas como, por exemplo, reflexões sobre suas próprias práticas e suas leituras coletivas, visitas a outros projetos, avaliações permanentes, feitas por eles mesmos, os jornais murais, as exposições de temas por parte de pessoas da comunidade ou de fora, etc. Assim também os seminários-oficinas sobre trocas de experiência foram adotados como forma de organização capaz de responder à formação do conjunto dos animadores. Estes seminários podem ser realizados em nível regional, nacional ou internacional. Este novo tipo de organização popular e democrática destinado a responder aos objetivos políticos e pedagógicos do processo educativo implica, evidentemente, uma nova metodologia, que esteja de acordo com os princípios de criatividade e democracia. Nossa experiência nos mostrou que o princípio pedagógico básico, na formação dos animadores, supõe uma reflexão constante sobre as práticas dos mesmos. Nós nos referimos constantemente ao animador e ao animador coletivo. Esta nova pedagogia implica uma pedagogia do erro, uma pedagogia da crítica e da avaliação permanente. Os animadores mesmos estarão, pois, em condição de determinar seus sucessos, seus fracassos, suas dificuldades – que são certamente relativos – e poderão, aprendendo uns dos outros, melhorar seus resultados, bem como superar seus erros e as dificuldades enfrentadas. Tudo isto, a partir de uma reflexão sobre práticas concretas e da aplicação desta reflexão. É neste processo de reflexão e de ação que os animadores poderão detectar as insuficiências de informação e de

formação. A partir disto poderá ser elaborado um programa para corrigir estas deficiências. Serão convidadas, então, "pessoas" que disponham de uma experiência – não necessariamente de "títulos" – para abordar temas específicos determinados com antecedência. Tais temas podem ser de diferentes áreas, relacionados, por exemplo, com a organização, a administração, a gestão, a ecologia, as técnicas de diversas disciplinas (avaliação qualitativa, quantitativa, didática, estatística, etc.), a economia, a análise política, a educação cívica, os direitos do homem, a participação das mulheres, dos jovens, etc. As pessoas convidadas o serão como participantes, não como "experts".

Todas estas idéias reafirmam um princípio implícito, que diz respeito ao conjunto das matérias que constituem o curso de formação. Referimo-nos às disciplinas e às práticas ligadas ao conhecimento e ao estudo para os quais deve orientar-se a reflexão. É preciso que este curso seja gerador, ou seja, ele deve ser elaborado na medida que se processa. Somente a crítica e a avaliação permanente, que devem acompanhar o processo educativo, permitem que se descubram as "falhas", tanto práticas quanto teóricas, e que se aperfeiçoe assim progressivamente a formação dos animadores. O currículo tradicional, que é um modelo rígido e a-histórico, não acompanha de maneira eficaz, segundo nos parece, a realidade histórica, que é movimento e re-criação permanente. A vida, que é ao mesmo tempo conservação e criação em constante contradição, exige que vivamos esta tensão, sem privilegiar um ou outro pólo, mas aprendendo a superá-la.

Em nosso artigo "Notas sobre o animador", propusemos, a título provisório, certas características do animador como também certas contradições que o mesmo precisa superar em seu trabalho. Neste outro, esforçamo-nos para expor, de maneira sucinta, algumas reflexões sobre práticas que se revelaram eficazes em certos projetos de educação e de desenvolvimento, na África e na América Latina. O animador que pertence à mesma comunidade beneficia-se, evidentemente, de algumas vantagens, em função da própria realidade. Há casos, porém, em que um animador vindo de fora é melhor aceito pela comunidade, por várias razões. Assim mesmo, salvo melhor juízo, o animador autóctone está em melhores condições de exercer sua função política e social, de dar "alma" ao processo educativo. Ele partilha

melhor o "sentir" da comunidade, e pode abordar com mais facilidade a etapa difícil do "compreender", que constitui a assimilação do primeiro momento. Um animador proveniente de fora precisa apropriar-se deste "sentir" da comunidade, bem como dos conhecimentos práticos e empíricos implicados no fato de viver numa determinada sociedade.

Esta apropriação é essencial, sendo ela que possibilita a passagem da "doxa" (a opinião) para a "episteme" (a ciência), que não se efetua sem dificuldade, e que deve realizar-se permanentemente, já que não se chega nunca a um resultado absoluto. Nem a ciência, nem a compreensão, nem o conhecimento, não serão jamais absolutos, pois se trata de um processo em perpétuo devir e criação.

## DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER E DO SABER

Julgamos necessário estabelecer agora uma distinção entre o animador individual e o coletivo. Não se trata de uma distinção gratuita. Ela nos parece, ao contrário, essencial. Colocou-se, com efeito, com muita frequência, o acento sobre a função do animador individual, atribuindo-se-lhe até mesmo um poder que ultrapassa suas funções sociais. Esta atitude tem como base ideológica a identificação entre conhecimento e poder. Aquele que "conhece" possui igualmente um "poder". Poder significa, geralmente, dominação e, na prática e na teoria do animador individual, esta dominação se manifesta em oposição ao animador coletivo. Um processo de verdadeira educação se caracteriza pelo fato de que todos os participantes devem transformar-se em animadores, mesmo se um deles detém o papel específico de "animador". Aachamos, por esta razão, que o grupo de participantes deve chegar a ser ele próprio um animador, ou seja, uma entidade social capaz de exercer, como tal, sua própria crítica, sua avaliação, sua reflexão e sua ação, em todas as atividades e decisões que têm lugar ao longo do processo educativo no qual toma parte. Desta maneira se estabelece uma nova relação de poder que, com a participação de todos, se manifesta através dum saber coletivo, que permite compreender melhor e transformar a realidade social, política, econômica e cultural da comunidade. Esta nova prática do poder deve ser acompanhada por uma reflexão sobre o poder mesmo, dando assim origem a uma nova concepção do poder.

Este gênero de abordagem democratiza o

saber, ou seja, faz com que todos os participantes tomem parte no processo de criação do conhecimento, processo no qual cada um sabe alguma coisa e ignora também alguma coisa. Esta troca de conhecimentos, acompanhada por uma reflexão sobre os mesmos, fará nascer um novo tipo de saber, que transcende os saberes particulares. Este novo saber nasce da amálgama dos conhecimentos empíricos e científicos. Tal conhecimento se recria, emergindo da tensão entre compreensão e transformação, as duas faces de uma mesma medalha, isto é, ao mesmo tempo condição e resultado.

Uma nova problemática nasce assim de nossa reflexão. Trata-se da relação entre o animador e a tomada de consciência social, que também é condição e resultado, num processo educativo. Uma relação adequada é, com efeito, indispensável para uma participação crítica e criadora na compreensão e na transformação da sociedade e da natureza.

Segundo alguns, o animador individual seria o detentor, o possuidor da consciência, e sua função básica consistiria em transmiti-la ao grupo social. Um ponto de vista como este baseia-se em certas premissas que se apresentam como dogmas inalteráveis e inquestionáveis. Existiria uma consciência universal que compreenderia a sociedade e suas contradições, e bastaria apreendê-la para possuir tal verdade. Caberia, em seguida, transmiti-la para transformar a realidade, "conscientizando" a massa social. Mais ainda. Esta consciência universal se adquiriria essencialmente através do estudo (se possível universitário), apropriando-se assim da teoria universal da consciência política. Estas premissas estão ligadas a uma outra idéia, que seria também fundamental, e segundo a qual existiria uma separação clara e nítida entre uma consciência crítica e uma consciência mágica ou ingênua. Não se afirma, igualmente, por acaso, que existe esta separação absoluta também entre ciência e ideologia?

O que pretenderíamos afirmar, admitindo embora que somos susceptíveis de errar (pois todas as nossas afirmações são, com efeito, ao mesmo tempo perguntas), é que não existe consciência universal válida em todo lugar e todo tempo. A realidade histórica é extremamente complexa e múltipla, e se manifesta de diferentes maneiras, no espaço e no tempo. Ela se compõe de múltiplos elementos, ligados entre si, mas, ao mesmo tempo, independentes. É certo que, hoje em dia, a dependência política, econômica, cultural, etc. se universalizou

amplamente. Esta universalização se manifesta, contudo, na particularidade de cada espaço e de cada tempo histórico. A história é uma espécie de palimpsesto, que exige, conseqüentemente, diferentes leituras e, conseqüentemente, diferentes consciências. Sem dúvida, no momento atual estas consciências particulares estão ligadas ao universal. Todavia a soma destas consciências não constitui a consciência universal. Cada realidade histórica deve criar sua própria consciência, a partir de seu próprio "sentir", de sua própria "compreensão" e de sua própria prática social, no processo de luta destinado a criar uma sociedade igualitária, mais solidária e mais justa. Esta consciência social nasce do grupo, ao longo do processo de transformação e de compreensão, do qual participa também o animador individual. Ele não é o único que possui a consciência e toma parte no processo de criação da consciência social, com o mesmo título que o animador coletivo. Se a tomada de consciência não é coletiva, ela é ilusória e, por isso mesmo, ineficaz para realizar uma sociedade nova.

Ademais se esta forma de consciência é criada pelo povo, ao longo de sua luta prática e teórica, não é mais necessário apoiar-se, a partir deste momento, sobre estudos "oficiais" para contribuir em sua elaboração. Mesmo se em certos casos e em certos momento específicos tais estudos podem revelar-se úteis nos níveis teórico e prático.

Na mesma linha, a separação anti-dialética entre consciência crítica e consciência ingênua nos induz a uma compreensão errônea do fenômeno. É difícil caracterizar a passagem qualitativa de uma para a outra, principalmente porque nunca é absoluta, e porque depende das características de cada processo histórico concreto. O que nos parece errado é supor que existe um momento preciso de ruptura entre estes dois momentos da consciência, e não ver este processo como uma luta permanente entre elementos contrários de uma unidade essencial. Achamos que a favor de um processo político-educativo se estabelece uma interação e uma determinação recíproca entre as duas. Entendemos, pois, que a consciência crítica está permanentemente "mesclada" de consciência ingênua, e vice-versa. Queremos dizer com isso que a consciência crítica é um processo em constante avaliação e, por isso mesmo, suas condições e seus resultados são sempre provisórios. Pensar que a consciência crítica chega, num certo momento, à liberdade absoluta, de manei-

ra irreversível, é, segundo nos parece, uma concepção anti-dialética do problema. Sem uma crítica permanente da ação e da teoria da transformação, e sem considerar esta consciência crítica como feita de contradições a ela inerentes, que será preciso superar ao longo do processo histórico, corremos o risco de perder toda a influência (l'emprise) – sempre frágil e relativa – sobre a transformação. Esta premissa, pretensamente científica, nos lembra a posição intelectual que incorre, a nosso ver, num outro erro, o de estabelecer a separação antidialética entre ideologia e ciência. A ciência, que é um fenômeno histórico, também está "mesclada" de ideologia, e vice-versa.

Se a auto-consciência social em si é uma função que cabe tanto ao animador individual quanto ao animador coletivo, é claro que a mesma deve ser criada com a participação crítica, consciente e criativa dos dois tipos de animadores. Isto significa uma participação democrática que implica na criação de condições que viabilizem a democracia, a criação de uma prática democrática e a criação de uma nova teoria da democracia.

## **REALISMO E UTOPIA: OS LIMITES E OS HORIZONTES DA LIBERDADE**

Um dos objetivos essenciais, do processo educativo consiste em reforçar o poder do povo, dos grupos que sofrem a dominação de outros grupos ou de outros indivíduos. O fortalecimento deste poder deve manifestar-se de diferentes maneiras, no nível da organização, da criação de conhecimentos, da acumulação de informações, da melhoria da formação no campo da aprendizagem contínua; no nível de tudo o que constitui a participação; no nível do exercício da crítica, da criação, da democracia, etc. Somente este fortalecimento do seu poder permitirá ao povo de participar, de maneira consciente, na elaboração de seu próprio destino, de sua própria história, de sua própria liberdade. Trata-se de um processo difícil, incessante, e todavia necessário para qualquer sociedade e qualquer indivíduo. A participação consciente de um povo em sua própria história tem, evidentemente, limites objetivos, embora no processo de luta sonhos e realidades coexistam e se confundam. Se aceitamos definir a liberdade humana como o conhecimento da necessidade, temos que aceitar o espaço restrito que nos deixa esta necessidade, para dominá-lo, mesmo quando temos dela conheci-

mento. O conhecimento da necessidade, esta consciência crítica da mesma não nos permitirá, de maneira alguma, mudar o curso das coisas como desejaríamos, dado que a história nos impõe seus limites objetivos. A margem de ação do indivíduo e do grupo social no curso da história é extremamente restrita e nós não podemos exercer nossa liberdade senão conhecendo estes limites e propondo sonhos realizáveis, nos quais possam confundir-se realismo e utopia. Esta realidade histórica, profundamente complexa e imprevisível, perenemente mutável, exige de nós um esforço permanente para determinar as mudanças que intervêm nesta necessidade e para exercer assim nossa liberdade social e individual. Uma verdadeira consciência crítica é aquela que se materializa em ações concretas, surgindo da consciência desta necessidade. Não uma consciência que se expressa apenas no nível dos vocábulos, não passando de consciência vazia. Toda libertação implica palavra e ação, constituindo dois aspectos de uma mesma realidade, sem privilegiar nenhum desses dois pólos. Transformar é transformar em atos e em palavras, cada qual exercendo reciprocamente sua influência sobre o outro, numa "luta" permanente. O critério fundamental para determinar a verdade é a prática, que gera, por sua vez, a teoria.

A realidade social é uma realidade complexa, da mesma forma que as necessidades sociais. Estas são ao mesmo tempo dependentes e independentes umas das outras, e é impossível separá-las, nesta relação contraditória. É, pois, importante que todo conhecimento e toda ação tome em consideração esta relação de dependência-independência para estar em condições

de propor soluções adequadas. Nossa experiência nos mostrou que é essencial responder de forma integral ao conjunto das necessidades da sociedade e do indivíduo. É por esta razão que nossos programas, na África e na América Latina, se esforçam para ser programas integrados, nos quais procuramos responder aos diferentes problemas específicos, sem esquecer jamais, porém, de nos referirmos ao conjunto da problemática que concerne à sociedade em questão. Tal abordagem precisa de uma formação ao mesmo tempo específica e polivalente dos animadores que trabalham no campo concreto. Assim, por exemplo, o animador cultural que trabalha em alfabetização, terá que realizar duas funções específicas na comunidade: um trabalho de alfabetização propriamente dito, e um trabalho de conscientização, que permitirá descobrir as outras necessidades (econômicas, agrícolas, sanitárias, etc.). Uma vez definido o novo problema específico, e uma vez pensadas as diversas soluções para este problema, é preciso pensar em formar um novo animador, que se encarregará de animar o novo processo. Num projeto de educação e de desenvolvimento, será preciso começar, pois, pelas necessidades evidenciadas pela comunidade, formar, depois, um animador que será encarregado de animar o processo particular, mas que, ao mesmo tempo, se esforçará para descobrir, junto com a comunidade, as outras necessidades, e para formar outros animadores que animarão os novos processos. A formação será, então, ao mesmo tempo, específica e universal, a fim de responder, de maneira específica e universal, às necessidades concretas da comunidade.

\* \* \*

Antônio Faúndez é professor do Instituto Universitário de Estudos do Desenvolvimento em Genebra e Consultor para Programa de Educação de Adultos no Conselho Mundial de Igrejas em Genebra, Suíça. Escreveu, em coautoria com Paulo Freire, o livro:

Por uma pedagogia da Pergunta. Rio, Paz e Terra, 1988, 3ª ed.

\* \* \*

Tradução de Balduino A. Andreola. O original (Genebra, 1988) trazia o título "A propos de la formation des animateurs", e nos foi entregue pelo Autor, em 1989, quando realizou um seminário nesta Faculdade.